1º Simulado

TRT PI

Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador Federal - Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TRT PI – Analista Judiciário – Área Judiciária – Oficial de Justiça Avaliador Federal - Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT PR;

*2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.

4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

*5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - https://bit.ly/Simulado-Analista-Oficial-de-Justiça-21-08

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

Luiz Felipe

TEXTO I

Distingo, no português histórico, dois períodos principais: o português antigo, que se escreveu até os primeiros anos do século XVI, e o português moderno. Robustecida e enriquecida de expressões novas, a linguagem usada nas crônicas desse segundo período, que relatam os descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina no apuro e no gosto do português moderno d'Os Lusíadas (1572). É o século da Renascença literária, e tudo quanto ao depois se escreve é a continuação da linguagem desse período. E como não ficou estacionário o português moderno, denominou-se quinhentista, seiscentista, setecentista a linguagem própria a cada era. Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que porventura remontam ao século XVIII. Limites entre os diversos períodos não podem ser traçados com rigor. Ignoram-se a data ou o momento exato do aparecimento de qualquer alteração linguística.

Neste ponto, nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. Surge a inovação, formulado acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas, com o tempo, sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide a aceitar a mudança também. Tal é, a meu ver, a explicação não somente de fatos isolados, mas ainda do aparecimento de todo o português moderno. Não podemos atribuir a escritores, por muito engenho artístico que tivessem, aptidões e autoridade para reformarem, a seu sabor, o idioma pátrio e sua gramática.

O século XVI, descerradas as cortinas que encobriam o espetáculo de novos mundos, e dada a facilidade de pôr a leitura das obras literárias ao alcance de todos, graças ao desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a superstição do passado, mostrar o caminho do futuro e ditar a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem. Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo. Trariam estes diálogos os característicos gramaticais do português antigo, se fosse este ainda o idioma corrente.

(M. Said Ali. Prólogo da Lexeologia do português histórico, 1.ª ed. 1921. Companhia Melhoramentos; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 17-8. Adaptado)

01. Segundo as ideias veiculadas no texto,

a) O autor define rigidamente dois períodos históricos para o português

b) As inovações do português surgem por meio da linguagem literária.

c) As classes sociais mais altas não são alcançadas pelas mudanças linguísticas.

d) A modernização da língua origina-se na fala.

e) A literatura é sempre conservadora, pois nunca se sujeita à linguagem popular.

02. O texto apresenta diversos trechos opinativos. Assinale a alternativa que apresenta uma opinião do autor.

a) "Robustecida e enriquecida de expressões novas, a linguagem usada nas crônicas desse segundo período, que relatam os descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina no apuro e no gosto do português moderno d'Os Lusíadas (1572)" (1º parágrafo).

b) "O século XVI, [...], graças ao desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a superstição do passado, mostrar o caminho do futuro e ditar a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem" (3º parágrafo).

c) "Surge a inovação, formulado acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo" (2º parágrafo).

d) Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo (3º parágrafo)

e) "Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide a aceitar a mudança também (2º parágrafo)"

03. O termo "sucumbe" (terceiro período do segundo parágrafo) está empregado no texto com o sentido de

a) arquear-se

b) expirar-se

c) ceder

d) esmorecer

e) apagar-se

04. Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita do seguinte trecho do texto: "Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII" (1º parágrafo). Assinale a opção cuja proposta de reescrita, além de estar gramaticalmente correta, preserva os sentidos originais do texto.

a) Destino a denominação de português contemporâneo a mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que eventualmente remontam ao século XVIII

b) Reservo a denominação de português atual para as mudanças características do falar atual criadas ou consolidadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que porventura remontam ao século XVIII

c) Defendo a denominação de português moderno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII

d) Defendo a denominação de português contemporâneo para as mudanças características do falar atual criadas ou consolidadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que eventualmente remontam ao século XVIII

e) Direciono a denominação de português moderno as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que porventura remontam ao século XVIII

05. Depreende-se do trecho "A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas, com o tempo, sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente" exceto

a) As inovações linguísticas podem ser estigmatizadas

b) A escrita com desatenção pode reproduzir aspectos gramaticais da fala

c) Em situações informais, a fala popular ganha mais espaço.

d) A imitação da fala popular é uma forma de desprezo e preconceito.

e) As classes economicamente dominantes resistem, em um primeiro momento, às inovações

06. No trecho "Neste ponto, nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada", o sujeito da forma verbal destacada

a) é simples ("a linguagem escrita")

b) está posposto ("espelho fiel")

c) está oculto

d) está indeterminado

e) é oracional

TEXTO II: FURTO DE FLOR

Furtei uma flor daquele jardim. O porteiro do edifício cochilava, e eu furtei a flor. Trouxe-a para casa e coloquei-a no copo com água. Logo senti que ela não estava feliz. O copo destina-se a beber e flor não é para ser bebida. Passei-a para o vaso e notei que ela me agradecia, revelando melhor sua delicada composição. Quantas novidades há numa flor se a contemplarmos bem. Sendo autor do furto, eu assumira a obrigação de conservá-la. Renovei a água do vaso, mas a flor empalidecia. Temi por sua vida. Não adiantava restituí-la ao jardim. Nem apelar para o médico de flores. Eu a furtara, eu a via morrer. Já murcha, e com a cor particular da morte, peguei-a docemente e fui depositá-la no jardim onde desabrochara. O porteiro estava atento e repreendeu-me:

– Que ideia a sua, vir jogar lixo de sua casa neste jardim!

(Carlos Drummond de Andrade)

07. No Texto II, predomina o discurso

a) descritivo

b) injuntivo

c) argumentativo

d) expositivo

e) narrativo

08. Em relação aos aspectos linguísticos e às ideias contidas no texto, assinale a alternativa correta.

a) Predomina o uso do futuro do pretérito para reforçar a ideia condicional dos fatos narrados.

b) Pela sucessão de fatos, percebe-se que o narrador não se arrependeu do furto.

c) O uso do pretérito imperfeito e do pretérito perfeito em "O porteiro do edifício cochilava, e eu furtei a flor" indicam que uma ação ocorreu antes da outra.

d) Ao retornar ao jardim, o porteiro reconhece o narrador e o repreende.

e) Todos os acontecimentos narrados acontecem no passado, mas o uso do pretérito mais-que-perfeito indica que há ações que ocorreram em um passado mais distante.

09. Os termos destacados no trecho a seguir referem-se, respectivamente a

*"Já murcha, e com a cor particular da morte, peguei-**a** docemente e fui depositá-la no jardim **onde** desabrochara. O porteiro estava atento e repreendeu-**me**"*

a) morte; flor; jardim; porteiro.

b) flor; morte; jardim; porteiro.

c) morte; flor; jardim; narrador.

d) flor; flor; jardim; porteiro.

e) flor; flor; jardim; narrador.

10. O recurso expressivo mais evidente no Texto II pode ser classificado como:

a) metáfora

b) onomatopeia

c) comparação

d) prosopopeia

e) sinestesia

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO-LÓGICO

Carlos Henrique

11. Um HORTIFRUTTI vende tomates de dois tamanhos: pequenos e grandes. Esses tomates podem ser verdes ou vermelhos. No estoque do HORTIFRUTTI, há 155 tomates, dos quais 82 são vermelhos e 85 são pequenos. Sabendo que 33 dos tomates em estoque são pequenos e vermelhos, a porcentagem dos tomates grandes que são verdes é

a) 10%.

b) 20%.

c) 27%.

d) 30%.

e) 40%.

12. Bia, Eva, Ju e Norma têm idades de 10 a 12 anos, e sabem as idades umas das outras. Em uma brincadeira de crianças, as meninas que tinham idade ímpar deveriam sempre falar a verdade e as meninas que tinham idade par deveriam sempre mentir. Suponha que há pelo menos uma menina com a idade ímpar e pelo menos uma menina com a idade par. Nessa brincadeira elas tiveram as seguintes falas:

Bia: Eu tenho 10 anos.

Eva: Nenhuma de nós tem 11 anos.

Ju: A soma das idades de Eva e Norma é igual a 21 anos.

Norma: A soma da minha idade com a idade de Ju é igual a 22 anos.

Bia: Eva tem 11 anos.

A soma das idades, em anos, das quatro meninas é igual a:

a) 43.

b) 42.

c) 41.

d) 44.

e) 45.

13. Nos 10 jogos que disputou no último campeonato piauense, a equipe Strategy Piauí marcou um total de 9 gols, tendo sofrido 7 gols. Somente com tais informações, pode-se concluir que essa equipe, necessariamente,

a) empatou pelo menos uma partida

b) não foi derrotada em qualquer um dos 10 jogos disputados.

c) teve mais vitórias do que derrotas neste campeonato.

d) nunca marcou mais do que um gol no mesmo jogo.

e) venceu pelo menos uma partida das 10 que disputou.

14. Em Teresina, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; Master Terê (M), Nano Tech (N) e Primer Terê (P). Os resultados mostraram que:

420 pessoas gostam da rave M.

420 pessoas gostam da rave N.

500 pessoas gostam da rave P.

40 pessoas gostam das três raves.

200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.

120 pessoas gostam das raves M e N.

140 pessoas gostam das raves M e P

100 pessoas gostam das raves N e P.

O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:

a) 1500

b) 1.140

c) 1220

d) 1260

e) 1120

15. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

a) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.

b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.

c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.

d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.

e) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

16. Se meu carro não é azul, então o meu leão ruge. Se meu carro é azul, então Carlos não é professor. Ora, Carlos é professor. Logo:

a) o meu carro é azul e o meu leão não ruge

b) o meu carro não é azul e o meu leão ruge

c) o meu carro é azul e o meu leão ruge

d) o meu carro não é azul e o meu leão não ruge

e) se Carlos é professor, então o meu leão não ruge

17. Cinco militares foram acusados de comer escondido o pedaço de bolo de chocolate do major. Ao entrar na sala, irritado, o major os questiona:

- "Eu não fui", responde o soldado.

- "Foi o sargento", garantiu o cabo.

- "Foi o tenente", disse o sargento.
- "O cabo está mentindo", retrucou o tenente.
- "O soldado está falando a verdade", disse o capitão.

Sabendo-se que apenas um dos militares mentiu e somente um deles comeu o pedaço de bolo do major, quem comeu o bolo?

a) soldado.

b) sargento.

c) cabo.

d) tenente.

e) capitão.

18. Dos 36 analistas do TRT PI, sabe-se que: apenas 7 são advogados, 22 são do sexo masculino e 11 são mulheres que não são advogadas. Com base nessas afirmações, é correto afirmar que o

a) número de homens que não são advogados é 18.

b) número de homens advogados é 5.

c) número de mulheres advogadas é 4.

d) total de servidores públicos do sexo feminino é 15.

e) total de servidores públicos não advogados é 28.

19. Uma mulher entra numa livraria e compra um livro . O livro custa 80 reais e a mulher paga com uma nota de 100 reais. Sem troco, o dono da livraria vai até o açougue e troca a nota de 100 por 5 notas de 20 reais. A linda mulher leva o livro e 1 nota de 20 reais. Em seguida, na livraria, entra o açougueiro furioso dizendo que a nota de 100 reais é falsa. Resignado, o dono da livraria troca a nota falsa por outra de 100, verdadeira.

O prejuízo do dono da livraria, em reais, SEM CONTAR O VALOR DO LIVRO, foi

a) 20

b) 80

c) 100

d) 120

e) 180

20. Dado um número inteiro, são permitidas as seguintes operações: "duplicá-lo" ou "aumentá-lo de uma unidade". Partindo do número zero, qual o menor número de operações de que você necessita para atingir o número 100?

a) 8

b) 9

c) 10

d) 11

e) 12

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

21. Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.

b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.

c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.

d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.

e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas

22. Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.

b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.

c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.

d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.

e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

23. No que concerne aos princípios, direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue a assertiva correta

a) Dado o direito à liberdade, um dos direitos fundamentais, a prisão de um indivíduo é medida excepcional em casos de Estado de Defesa e Estado de Sitio.

b) A proteção do direito à vida tem como consequência a proibição da pena de morte em qualquer situação, da prática de tortura e da eutanásia.

c) A previsão constitucional da prática de tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia expressa um dever de proteção identificado pelo constituinte e traduz-se em mandado de criminalização dirigido ao legislador.

d) As normas que consubstanciam os direitos fundamentais não são sempre de aplicabilidade imediata.

e) O Estado pode impor prestação alternativa fixada em lei ao indivíduo que, alegando conflito com suas convicções políticas, se recusar a cumprir obrigação legal a todos imposta, desde que a prestação seja compatível com suas crenças. Em caso de recusa em cumpri-la, ainda assim o indivíduo não poderá ser privado de seus direitos.

24. Tibério, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Ele percebeu que o o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

a) mandado de segurança que será julgado pelo STF.

b) ação civil pública que será julgada pelo STF.

c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.

d) ação popular que será julgada pelo STF.

e) ação popular que será julgada pelo STJ.

25. É INCORRETO afirmar que compete aos Municípios

a) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

26. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, um importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;

b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.

c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;

d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;

e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

27. Em julgamento histórico, o STF trouxe uma jurisprudência, súmula vinculante 25: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito. Assim não se admite a prisao do Depositário infiel. Esse é um exemplo típico de alteração da Constituição por meio de:

a) Emenda Constitucional.

b) Revisão Constitucional.

c) Plebiscito.

d) Mutação Constitucional.

e) Reclamação constitucional

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

28. A Administração Pública, no exercício de suas atividades, tem a prerrogativa de fiscalizar e punir eventuais prestadores de serviços públicos, a exemplo de concessionários e permissionários, que descumprem cláusulas contratuais. Essa prerrogativa, que encontra amparo na supremacia do interesse público sobre o privado, encontra fundamento no poder

a) disciplinar.

b) regulamentar.

c) de polícia.

d) hierárquico.

e) de tutela.

29. As empresas estatais, que são constituídas com personalidade jurídica de direito privado, integram a Administração Pública Indireta e

a) se submetem ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, inclusive no que diz respeito a matéria tributária e trabalhista.

b) não podem prestar serviços públicos em regime de exclusividade.

c) não estão sujeitas ao controle dos tribunais de contas.

d) contratam os seus agentes públicos pelo regime celetista ou estatutário.

e) não precisam respeitar o teto salarial, fixado na Constituição Federal.

30. Sobre os princípios que norteiam as atividades executadas pela Administração Pública, em todas as esferas, pode-se afirmar corretamente que

a) se aplicam, de acordo com o caso em concreto, com diferentes níveis de hierarquia.

b) são diretrizes gerais, desprovidas de coercibilidade, e cujo desrespeito não impõe aplicação de eventuais sanções jurídicas.

c) podem ser expressos ou implícitos, previstos no texto constitucional ou em leis gerais.

d) o princípio da legalidade impede que a Administração pública se submeta a atos normativos infralegais.

e) o princípio da publicidade não pode ser mitigado, pois previsto expressamente no texto da Constituição Federal de 1988.

31. Com relação à Lei 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, considere as seguintes assertivas:

I – O titular de cargo eletivo não está sujeito aos mandamentos da lei de improbidade, pois se submete a regime jurídico próprio.

II – A lei de improbidade administrativa impõe-se apenas àqueles que exercem funções públicas, não podendo alcançar particulares.

III - O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

Estão corretas

a) Apenas a II e III.

b) Apenas a II.

c) I, II e III.

d) Apenas a III.

e) Apenas a I.

32. A respeito do poder de polícia, assinale a opção correta.

a) Permite-se a delegação do poder de polícia a empresas concessionárias de serviço público, ainda que de cujo capital social o Poder Público não participe.

b) Caso a pena de multa seja aplicada em razão do exercício do poder de polícia, ela será autoexecutável, haja vista que a autoexecutoriedade é um atributo dos atos administrativos.

c) A aplicação de multa a particular que preste serviços à Administração Pública, em razão de descumprimento de cláusula de contrato firmado entre eles, é manifestação poder de polícia.

d) A delegação do poder de polícia poderá recair em pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Pública indireta e de capital social majoritariamente público, que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

e) É vedado à Administração empregar-se de métodos coercitivos para a concretização de ato de polícia, pois fere o princípio da proporcionalidade.

33. Doquinha, Diretor do Departamento de Pessoal do TRT PI, expediu ofício a todos os servidores do órgão com orientações sobre os procedimentos para a solicitação de licenças de várias espécies. Pode-se afirmar que o mencionado ofício está classificado como

a) ordinatório.

b) enunciativo.

c) normativo.

d) negocial.

e) punitivo.

34. Assinale a alternativa CORRETA sobre controle na Administração Pública.

a) O Poder Judiciário não está autorizado a realizar o controle de atos administrativos discricionários, pois são editados com respaldo no mérito administrativo.

b) O controle legislativo exercido pelo Poder Legislativo não alcança os atos do Poder Judiciário.

c) Recurso hierárquico próprio é aquele endereçado a autoridades que não são hierarquicamente superiores àqueles responsáveis pela edição do ato que se deseja impugnar.

d) O controle administrativo, que possui natureza interna, é competência privativa do Poder Executivo.

e) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato de autoridade pública lesivo ao meio ambiente.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

35. De acordo com as regras celetistas e os entendimentos sumulados do Tribunal Superior do Trabalho (TST), empregados que ocupam de cargos de confiança:

a) podem ser transferidos pelo empregador, em qualquer caso.

b) não podem ser transferidos pelo empregador, dada sua inamovibilidade laboral.

c) só podem ser transferidos caso concordem, seja expressa ou tacitamente, com a alteração.

d) podem ser transferidos pelo empregador, sem a sua anuência, desde que comprovada a necessidade do serviço.

e) só podem ser transferidos caso o empregador se comprometa a pagar um adicional relativo ao acréscimo no custo de vida, se houver.

36. Sobre a concessão de férias, julgue os itens abaixo:

I. Para fins de férias, será considerada falta justificada a ausência por motivo de acidente do trabalho ou enfermidade atestada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, como regra.

II. Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por trinta dias ou menos.

III. É de até dois dias o prazo para pagamento das férias, computados antes do correspondente início.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e III.

b) I.

c) II.

d) III.

e) nenhum dos itens.

37. Não tem caráter salarial a seguinte utilidade ou parcela:

a) roupas de luxo fornecidas ao empregado pelo trabalho.

b) verbas para aquisição de cigarros e bebidas alcóolicas.

c) combustível do carro próprio do empregado, abastecido gratuitamente do posto conveniado com o empregador.

d) verbas para o empregado contratar uma empregada doméstica.

e) assistência médica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.

38. Julgue os itens abaixo:

I. Sempre que o ambiente de trabalho exponha o empregado a algum agente agressivo, nocivo à saúde (ruído, agentes químicos etc), isto significará que a atividade será insalubre.

II. Uma das formas de eliminação ou neutralização da insalubridade ocorre com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

III. O fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador o exime do pagamento do adicional de insalubridade, já que a CLT elenca tal fornecimento como uma das formas de mitigar ou neutralizar o agente insalubre.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e III.

b) I.

c) II.

d) III.

e) nenhum dos itens.

39. Julgue os itens abaixo acerca do conteúdo das CCT e dos ACT:

I. As cláusulas contratuais da negociação coletiva não criam direito ou obrigações diretamente para os trabalhadores. Já as regras jurídicas emanadas do instrumento coletivo, estas sim, irão representar direitos e obrigações para os empregados.

II. É aplicável multa prevista em instrumento normativo (sentença normativa, convenção ou acordo coletivo) em caso de descumprimento de obrigação prevista em lei, mesmo que a norma coletiva seja mera repetição de texto legal.

III. As Convenções e os Acordos deverão conter obrigatoriamente as disposições sobre o processo de sua prorrogação e de revisão total ou parcial de seus dispositivos.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e III.

b) I e II.

c) II e III.

d) III.

e) I, II e III.

40. Julgue os itens abaixo em relação à proteção à maternidade:

I. É garantida à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos, transferência de função, quando as condições de saúde a exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho.

II. Segundo dispõe a CLT, caso tenha havido aborto, criminoso ou não, ao final da gestação de empregada gestante, não caberá licença-maternidade, embora a trabalhadora tenha direito a repouso semanal remunerado de duas semanas.

III. Para amamentar o filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a empregada terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de uma hora cada um, sendo que, quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente. Além disso, tais horários dos descansos deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) I.

c) II.

d) III.

e) nenhum dos itens.

41. Julgue os itens abaixo:

I. Quando um empregado decide aderir a um Plano de Desligamento Voluntário (PDV), recebendo uma indenização por este motivo, perderá direito ao recebimento de aviso prévio, de saldo de salário ou de 13º salário proporcional.

II. O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, regulamentado por meio da Lei 12.506/2011, somente é assegurado nas rescisões de contratos de trabalho celebrados a partir da publicação da referida Lei.

III. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias em até dez dias contados a partir do término do contrato, admitindo-se ao analfabeto o pagamento rescisório apenas em dinheiro ou depósito bancário.

Estão corretos APENAS os itens:

a) II e III.

b) I.

c) III.

d) II.

e) nenhum dos itens.

42. Ana Laura, gerente do setor de recursos humanos do empregador Vasco Lite Ltda., pretende estabelecer regime de banco de horas com empregados daquela empresa. Após tomar ciência de que o respectivo sindicato profissional se opõe à ideia, a gerente:

a) poderia firmar banco de horas com validade de doze meses, independentemente da celebração de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

b) poderia firmar banco de horas com validade de seis meses, independentemente da celebração de acordo ou convenção coletiva de trabalho, mediante acordo individual tácito com os empregados.

c) somente poderia firmar banco de horas mediante a celebração de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

d) poderia firmar banco de horas com validade de seis meses, mediante acordo individual escrito com os empregados.

e) poderia firmar banco de horas com validade de seis meses, independentemente da celebração de acordo ou convenção coletiva de trabalho, mediante acordo individual verbal com os empregados.

43. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade. Nesse sentido, considera-se trabalho de igual valor:

a) o que for feito com igual produtividade, independentemente da perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a seis anos e a diferença de tempo na função não seja superior a quatro anos.

b) o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.

c) o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a dois anos e a diferença de tempo na função não seja superior a quatro anos.

d) o que for feito com similar produtividade ou perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.

e) o que for feito com similar produtividade ou perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a seis anos e a diferença de tempo na função não seja superior a três anos.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

44. Quanto ao processo judiciário do trabalho, é correto afirmar:

a) Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as regras da CLT.

b) O direito processual comum é fonte primária, sendo aplicadas as normas processuais contidas na CLT de forma subsidiária.

c) Havendo omissão da CLT sempre serão aplicadas as regras do direito processual comum como fonte subsidiária.

d) Aplicam-se apenas as regras contidas na CLT, não podendo ser aplicada norma prevista no direito processual comum.

e) A CLT não possui regras processuais próprias, razão pela qual são aplicadas normas do direito processual comum.

45. Conforme normas legais que regulam a matéria, a competência da Justiça do Trabalho EXCLUI a análise e julgamento de ações

a) sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

b) oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

c) relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores por órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

d) de indenizações por danos morais e também danos materiais ou patrimoniais, decorrentes da relação de trabalho.

e) penais para apuração de crimes contra a organização do trabalho, incluindo trabalho escravo e trabalho infantil irregular.

46. De acordo com o entendimento pacífico da jurisprudência do TST,

a) inexiste previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento da parte à audiência.

b) pessoa jurídica de direito público não se sujeita à revelia.

c) a reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, salvo se presente seu advogado munido de procuração específica.

d) diante da gravidade do ato, a revelia da reclamada não pode ser ilidida.

e) a revelia produz confissão na ação rescisória.

47. O seguinte comando do Código de Processo Civil é considerado INCOMPATÍVEL com o Processo do Trabalho, de acordo com entendimento sumulado pelo TST:

a) Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Quando esta for omissa, o juiz determinará os prazos, tendo em conta a complexidade da causa.

b) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

c) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

d) Não havendo preceito legal nem assinalação pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

e) Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.

48. Jones da Silva após quatro anos de contrato de trabalho com a empresa Alfa Beta Engenharia foi dispensado sem receber saldo salarial e verbas da rescisão. Ajuizou reclamação trabalhista, sendo designada audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento) após dois meses da distribuição da ação. Ocorre que Jones sofreu acidente na véspera da audiência, ficando hospitalizado e, portanto, impossibilitado de se locomover até a Vara do Trabalho. Com base nas normas previstas em lei trabalhista, nessa situação,

a) o advogado de Jones fará toda a sua assistência em audiência, inclusive com poderes para depor pelo reclamante e realizar demais atos processuais.

b) o reclamante Jones poderá fazer-se representar na audiência por outro empregado que pertença a mesma profissão ou pelo Sindicato Profissional.

c) o processo será arquivado ante a ausência do reclamante, que poderá ajuizar novamente a demanda quando estiver em condições plenas de saúde.

d) a lei processual trabalhista não prevê a hipótese de substituição de empregado reclamante ausente, razão pela qual fica a critério do Juiz adiar a audiência ou arquivar o processo.

e) a esposa, companheira ou algum parente até o terceiro grau poderão representar o trabalhador ausente com amplos poderes para inclusive prestar depoimento pelo reclamante.

49. Considere as seguintes hipóteses:

I. Na reclamação trabalhista Z o valor da causa é R$ 15.000,00 e as partes são Carolina e o Município S.

II. Na reclamação trabalhista Q o valor da causa é R$ 30.000,00 e as partes são Felícia e a empresa privada W.

III. Na reclamação trabalhista S o valor da causa é R$ 32.000,00 e as partes são Ana Clara e fundação pública Q.

IV. Na reclamação trabalhista W o valor da causa é R$ 35.000,00 e as partes são Marcela e autarquia municipal L.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, NÃO estão submetidas ao procedimento sumaríssimo APENAS

a) as reclamações trabalhistas III e IV.

b) a reclamação trabalhista I.

c) a reclamação trabalhista II.

d) as reclamações trabalhistas II e III.

e) as reclamações trabalhistas I, III e IV.

50. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, no tocante ao Recurso Ordinário, considere:

I. Nas reclamações trabalhistas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário o parecer, com registro na certidão.

II. Os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, não poderão designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, devendo o julgamento ocorrer simultâneo com os demais Recursos.

III. Terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente.

IV. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II e III.

b) I, II e IV.

c) III e IV.

d) I e II.

e) I, III e IV.

51. Entre os pressupostos objetivos dos recursos está o preparo que, no processo do trabalho abrange o recolhimento das custas e também do depósito recursal, em relação ao qual é correto afirmar:

a) As pessoas jurídicas de direito público, o Ministério Público e a massa falida não estão sujeitos ao recolhimento de depósito recursal.

b) Havendo condenação solidária ou subsidiária de duas ou mais empresas, o depósito recursal feito por uma delas aproveita às demais.

c) O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso. A interposição antecipada deste implica na necessidade do recolhimento antecipado do depósito recursal, sob pena de deserção.

d) É devido depósito recursal na interposição de recurso de revista na fase executória.

e) O depósito recursal não é devido na interposição de recurso de sentenças meramente declaratórias ou constitutivas, mas é devido nos recursos de sentenças condenatórias.

52. Sobre a execução na Justiça do Trabalho, é correto afirmar:

a) O cheque emitido em reconhecimento de saldo de salários, férias e gratificação de natal não pode ser executado diretamente na Justiça do Trabalho.

b) O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução provisória da parte remanescente, nos próprios autos ou por carta de sentença.

c) Elaborada a conta e tornada líquida, o juiz deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, e procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de 10 dias, sob pena de preclusão.

d) O exequente tem preferência em relação à arrematação para pedir adjudicação, devendo depositar de imediato a diferença, quando o valor do crédito for inferior ao valor dos bens, cujo preço não pode ser inferior ao do melhor lance de arrematação.

e) O arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do seu valor, podendo levantá-lo se não complementar o valor remanescente da arrematação, no prazo de vinte e quatro horas, caso em que os bens executados voltarão à praça.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

53. Com relação à aplicação da lei no espaço, assinale a alternativa correta.

a) A lei do país da nacionalidade da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

b) A obrigação resultante de contrato reputa-se constituída no lugar em que for domiciliado o proponente.

c) A lei do último domicílio do *de cujus* regula a capacidade para suceder.

d) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e meios de produzir-se.

e) Quando se houver de aplicar a lei estrangeira, deve-se considerar a remissão por ela feita a outra lei.

54. Com relação à disciplina dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

a) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, nesse caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

b) A validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, salvo quando a lei a dispensar.

c) Na interpretação do negócio jurídico, não se deve considerar o comportamento das partes posterior à celebração negocial.

d) Deve-se interpretar o negócio jurídico do modo mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo.

e) Não podem as partes pactuar regras de interpretação dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

55. Com relação à compra e venda, assinale a alternativa correta.

a) É anulável o contrato de compra e venda, quando se deixa a fixação do preço ao arbítrio exclusivo de uma das partes.

b) Salvo disposição em contrário, ficarão as despesas de tradição a cargo do comprador.

c) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

d) Sob pena de nulidade, não podem ser comprados, ainda que em hasta pública, pelos juízes, os bens sobre que se litigar em juízo.

e) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.

56. Com relação ao penhor, hipoteca e anticrese, assinale a alternativa correta.

a) O condômino não pode, sem o consentimento dos outros, dar em garantia real a parte que tiver sobre a coisa comum.

b) O pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa exoneração correspondente da garantia.

c) O credor anticrético tem direito de reter em seu poder o bem, enquanto a dívida não for paga, extinguindo-se esse direito decorridos 15 anos da data da sua constituição.

d) A impontualidade de uma prestação não importa vencimento antecipado da dívida garantida por penhor, hipoteca ou anticrese.

e) É válida a cláusula que autoriza o credor pignoratício ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

57. Segundo o Código de Processo Civil, são impenhoráveis, exceto:

a) os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução.

b) os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas.

c) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família.

d) os veículos automotores de empresas públicas em geral.

e) os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei.

58. Desatento ao dirigir seu carro, Pedro cruza movimentada avenida enquanto o semáforo estava vermelho, atingindo fortemente o veículo de Paulo. Em busca de reparação, Paulo aciona Pedro na justiça. Como o veículo de Pedro estava sob a proteção de um contrato de seguro, o réu decidiu exercer seu direito de regresso contra a seguradora por meio da denunciação à lide. De acordo com as disposições do CPC, é correto afirmar que:

a) O direito regressivo de Pedro contra a seguradora poderá ser exercido por ação autônoma, caso a denunciação da lide seja indeferida.

b) A denunciação à lide deve ser requerida pelo réu por meio de peça autônoma, a qualquer tempo, desde que antes da sentença.

c) Em decorrência do princípio da eventualidade, é vedado à seguradora acrescentar novos argumentos à petição inicial.

d) Ainda que Pedro se sagre vencedor da demanda, a denunciação à lide terá seu pedido examinado.

e) Se a seguradora for revel, Pedro deverá prosseguir com sua defesa.

59. Determinado mandado de segurança, impetrado diretamente em um tribunal superior, teve a segurança denegada. Contra esta decisão, é cabível:

a) Recurso extraordinário ao STF.

b) Recurso especial ao STJ.

c) Recurso ordinário ao STF.

d) Recurso ordinário ao STJ.

e) Ação Rescisória junto ao STF.

60. É lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. Sobre a reconvenção é correto afirmar:

a) Deve ser apresentada em petição apartada, no mesmo prazo da contestação.

b) A reconvenção não pode ser proposta contra terceiro.

c) O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

d) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito prejudica o julgamento da reconvenção.

e) Proposta a reconvenção, o autor será intimado pessoalmente, por oficial de justiça, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.

Preencha seu gabarito

https://bit.ly/Simulado-Analista-Oficial-de-Justiça-21-08

NÃO É ASSINANTE?

https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

https://bit.ly/Sistemas-de-Questões